COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI N.º 6.465, DE 2009

Formatado

Acrescenta parágrafo ao art. 18 da Lei n.º 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispensar o empregador doméstico do pagamento da indenização ali prevista.

Autor: Senado Federal

Relatora: Deputada Fátima Pelaes

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei de iniciativa do Senado Federal, apresentado pelo Senador Rodolpho Tourinho objetiva dispensar os empregadores domésticos do pagamento de multa rescisória incidente sobre o montante do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

A medida, segundo o autor, possibilita que haja maiores adesões ao sistema do FGTS para o empregado doméstico, aprimorando assim a rede de proteção fundiária bem como a cobertura em caso de desemprego voluntário.

A proposição está sujeita à tramitação prioritária e conclusiva, na forma do inciso II, do art. 24, do Regimento Interno desta Casa. Com apreciação, quanto ao mérito, pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e, quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No âmbito desta Comissão, não foram apresentadas quaisquer contribuições na forma de emendas. O prazo encerrou em 26 de abril de 2011.

É o Relatório.

II - VOTO DA RELATORA

A proposição tem por escopo incrementar a participação dos trabalhadores domésticos nas coberturas garantidas pela Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que regula o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Os domésticos, por força da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, alterada pela Lei nº 10.208, de 23 de março de 2001, são inseridos no sistema, por opção do empregador.

Para o autor, a pequena adesão dos empregadores ao FGTS decorre da excessiva onerosidade do sistema que, em eventual extinção do contrato de trabalho por sua iniciativa, adiciona, aos custos da despedida, uma multa equivalente a 40% do total depositado na conta vinculada do empregado. No âmbito da relação doméstica isso tem um peso financeiro considerável e pode, muito provavelmente, ser a causa da pequena abrangência de domésticos pelo sistema.

Por essa razão, parece razoável e socialmente vantajoso estimular a adesão pela renúncia legal de multa rescisória em favor da ampliação da cobertura do sistema fundiário, razão pela qual entendemos que o projeto merece prosperar.

A categoria dos empregados domésticos figura infelizmente com larga folga como a detentora do maior índice de informalidade. Aliado a isso existe um fosso legislativo entre os domésticos e os demais trabalhadores. Esses fatores parecem nos induzir a buscar uma extensão pura e simples de direitos como a hora extra e a obrigatoriedade do FGTS e respectivos acréscimos.

Entretanto, necessária se faz muita cautela com esse impulso. O mercado de trabalho cobra sempre uma fatura muito cara. A excessiva oneração das famílias pode gerar o corte de postos de trabalho em prejuízo dos trabalhadores domésticos e de suas famílias.

Como a escolaridade e a empregabilidade desses trabalhadores geralmente são inferior a de outros segmentos profissionais, é prudente fazer adaptações gradativas que permitam acomodações menos bruscas na economia doméstica para preservar os próprios postos de trabalho.

Caso desejássemos avançar diretamente para a obrigatoriedade do recolhimento do FGTS e das respectivas multas, possivelmente teríamos que enfrentar danos como o enxugamento dos postos de trabalho e contratações por valores mais próximos do salário-mínimo para compensar os custos com o FGTS.

Tememos que a ampliação de custos na contratação de empregados domésticos possa servir como estímulo negativo para o desemprego e a informalidade que já afligem a categoria.

Assim o projeto se apresenta equilibrado. Excluir a multa rescisória referente ao FGTS torna a inserção do trabalhador no Fundo menos onerosa e limita o custo global da contratação trabalhista aos 8% dos depósitos mensais.

Ademais, de acordo art. 6º-A, da Lei nº 5.859, de 1972, o empregado doméstico que for dispensado sem justa causa fará jus ao benefício do seguro-desemprego, no valor de um salário-mínimo, por um período máximo de três meses, de forma contínua ou alternada. O benefício será concedido ao empregado inserido no FGTS que tiver trabalhado como doméstico por um período mínimo de quinze meses nos últimos vinte e quatro meses contados da dispensa sem justa causa. Essa vantagem, que advém da inclusão no sistema, proporcionará aos empregados domésticos maior tranquilidade para enfrentar eventual desemprego.

Pelas razões expostas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei n.º 6.465, de 2009.

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputada FÁTIMA PELAES
Relatora